

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SOCIAL MARIA DA PENHA – PROSMAPE: a experiência de Marechal Cândido Rondon, Paraná

Lara Gouveia Studzinski¹; Ineiva Terezinha Kreutz²

RESUMO

Este artigo teve como objeto de estudo o Programa de Orientação Social Maria da Penha (Prosmape) desenvolvido na Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR, com o objetivo de analisar, de acordo com o preconizado pela Lei Maria da Penha, os determinantes que limitam e viabilizam os programas reflexivos e responsabilizantes com homens autores de violência contra mulheres. A pesquisa foi de natureza qualitativa e o caminho metodológico fundou-se na revisão bibliográfica, levantamento documental e a pesquisa de campo (entrevista semiestruturada). Como resultados, foram identificados os desafios no processo de criação e operacionalização e os determinantes que viabilizam e dificultam a execução do programa. Se, por um lado, identificou-se aspectos relevantes do programa com autores de violência, por outro, ainda há pontos a serem enfrentados e melhorados na construção de uma política pública sólida e eficaz no que tange ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Homem autor de violência. Violência contra a mulher. Políticas públicas.

ABSTRACT

This article had as object of study the Social Guidance Program Maria da Penha (Prosmape) developed in the Judicial District of Marechal Cândido Rondon-PR, with the objective of analyzing, in accordance with the Maria da Penha Law, the determinants that limit and enable reflective and responsible programs with men who are perpetrators of violence against women. The research was of a qualitative nature and the methodological path was based on the bibliographic review, documental survey and field research (semi-structured interview). As a result, challenges were identified in the process of creation and operationalization and the determinants that make the execution of the program viable and difficult. If, on the one hand, relevant aspects of the program with perpetrators of violence were identified, there are still points to be faced and improved in the construction of a solid and effective public policy regarding the confrontation of violence against women.

Keywords: Male author of violence. Violence against women. Public policy.

¹ Escola de Saúde Pública Municipal de Cascavel-PR; Assistente Social Residente no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família; lara_gs99@hotmail.com.

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Toledo; Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. ineivakreutz@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é recorte da pesquisa vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, defendido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) de Toledo-PR, no ano de 2021. A inquietação em relação a temática surgiu da participação, enquanto aluna de graduação e bolsista do Núcleo Maria da Penha (Numape-Unioeste, *campus* de Toledo), quando da percepção de que a maior parte das ações socioeducativas e de sensibilização para coibir a violência contra a mulher são feitas com as próprias mulheres. Não é comum ver ações como essas destinadas aos homens autores de violência, sendo que, como parte da relação violenta, eles também deveriam ser sujeitos de atenção das políticas a fim de evitar reincidência e modificarem condutas violentas. Como salienta Saffioti: “Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos vêem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta” (2011, p. 68). Além disso, são poucas as publicações sobre o tema, particularmente na área do Serviço Social, o que evidencia e justifica a necessidade de mais pesquisas sobre a temática, por ser este um dos complexos espaços sócio-ocupacionais dos e das assistentes sociais.

A violência contra a mulher é um fenômeno multicausal em que um sujeito usa do constrangimento, coação e da superioridade física contra uma mulher em razão de seu gênero. Tem suas bases no patriarcado e no machismo e é interseccionado pelo racismo e capitalismo. Não se restringe a uma única classe social, nem é exclusivo de determinado território e seu enfrentamento suscita discussões em todo o mundo.

Os serviços de atendimento aos homens autores de violência contra as mulheres surgem como uma alternativa de enfrentamento, pois os homens são os que majoritariamente praticam esses atos violentos, fruto da construção de masculinidades com valores engendrados na dominação, virilidade, agressividade e no poder (BEIRAS; NOTHAFT, 2019; CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013). A proposta de discutir e problematizar essas questões só tem a contribuir com a

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

construção de relações igualitárias entre os gêneros e, conseqüentemente, coibir a violência contra a mulher.

Os programas reflexivos e responsabilizantes com homens autores de violência contra mulheres surgiram nos Estados Unidos da América (EUA), na década de 1970 e, com os bons resultados verificados, se expandiram para outras regiões do mundo. No Brasil, essas iniciativas foram adotadas na década de 1990, mas só tiveram previsão legal com a promulgação da Lei Maria da Penha (LMP), Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Com isso, foram abertas possibilidades para a implantação e execução de programas e serviços com os homens autores de violência (BANIN; BEIRAS, 2016).

O Paraná colaborou ao sancionar a Lei Estadual n. 20.318, de 10 de setembro de 2020, que busca regulamentar os grupos no estado através do estabelecimento de princípios e diretrizes a serem seguidos, além de definir a necessidade de uma equipe multidisciplinar, de preferência contando com profissionais do Serviço Social, Direito e Psicologia.

Nessa direção, tomou-se conhecimento da existência de algumas iniciativas no estado do Paraná que tinham como público alvo os homens autores de violência contra a mulher e vinham apresentando bons resultados. Entretanto, ainda são poucas as Comarcas que as adotaram: das 155 Comarcas existentes no estado, apenas 46 possuem ações, programas ou projetos com esse enfoque. Dentre as iniciativas existentes no Paraná encontra-se o Programa de Orientação Social Maria da Penha (Prosmape) desenvolvido na Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR. O Prosmape foi iniciado em 2018 e até o final do ano de 2020 foram atendidos mais de 100 homens, com baixo índice de reincidência (CONRADI; HECK; FURUCHU, 2020).

Isto posto, reitera-se a importância de ações de combate à violência doméstica com enfoque socioeducativo nos homens e coloca-se como indagação: quais são os determinantes que limitam ou viabilizam os programas com os homens autores de violência contra a mulher? Para tanto, o objetivo geral que norteou este

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estudo, buscou analisar os determinantes que limitam e viabilizam os programas reflexivos e responsabilizantes com homens autores de violência contra mulheres, a partir da análise da iniciativa da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

Para a operacionalização desta pesquisa, inicialmente foi realizado levantamento bibliográfico acerca da temática, assim como, a análise documental de legislações, jornais e dos relatórios do Prosmape. Já a pesquisa de campo foi de caráter exploratório, tendo em vista a escassa produção bibliográfica acerca do objeto de estudo. A amostra foi composta por três profissionais com ensino superior (um em Serviço Social e dois em História) que compõem a equipe permanente do programa, pois a partir deles seria possível compreender o cotidiano e as experiências “[...] interpretadas e reinterpretadas pelos sujeitos que as vivenciam” (MINAYO, 2010, p. 24), capazes de revelar e permitir uma aproximação dos sentidos e significados do mundo real – objetivo e subjetivo – da violência contra a mulher cometida por homens, e que nem sempre podem ser traduzidos em números, pois engendram o campo das relações sociais, influenciadas por determinantes históricos, ideológicos, culturais, econômicos, políticos e sociais. A pesquisa empírica foi realizada mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP – Unioeste), conforme expresso no Parecer nº 4.681.299.

O procedimento de coleta de dados da pesquisa empírica consistiu na realização de entrevista semiestruturada, com o objetivo de conhecer a realidade do Prosmape a partir dos relatos das experiências dos profissionais, tais como, a metodologia aplicada, os resultados percebidos com a experiência do programa e os desafios transversais e inerentes ao desenvolvimento do trabalho profissional. As entrevistadas foram identificadas através dos códigos E1, E2 e E3, para proteger suas identidades, a privacidade e garantir a confidencialidade das informações.

A organização das informações coletadas, a partir das entrevistas, foi realizada através da transcrição das gravações para grades de análise. Nelas foram elencadas as perguntas com as respectivas respostas das/os entrevistadas/os e extraídas as categorias fundantes de cada uma. Algumas categorias foram

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



pré-definidas já no roteiro de entrevista e outras surgiram a partir da resposta dos sujeitos da pesquisa. Para o tratamento dos dados coletados, se optou pela metodologia de análise de conteúdo (SEVERINO, 2016; BARDIN, 2011), considerado como um conjunto de técnicas capazes de analisar, de forma crítica, as informações e os sentidos expressos em determinada forma de comunicação. Assim, foi feita uma leitura atenta das entrevistas com o intuito de captar e identificar nas falas das entrevistadas o que vem ao encontro com o problema e os objetivos da pesquisa, ou seja, as unidades de significados ou categorias para análise.

Buscou-se, com esse estudo, a possibilidade de qualificar e subsidiar atuais e futuras implantações de iniciativas de (re)educação, reflexão e responsabilização com homens autores de violência contra as mulheres em outros municípios e Comarcas que ainda não o fazem.

2 A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SOCIAL MARIA DA PENHA

O Programa de Orientação Social Maria da Penha (Prosmape), da Comarca de Marechal Cândido Rondon, está entre as 46 iniciativas destinadas aos homens autores de violência doméstica contra a mulher no estado do Paraná. Foi implantado no ano de 2018, a partir da iniciativa de duas docentes da Unioeste do *campus* de Marechal Cândido Rondon e viabilizado pela parceria com o Ministério Público (MP) da Comarca, o qual ficou responsável pela contratação dos profissionais – dentre os quais a assistente social – e bolsistas acadêmicos para a atuação no Conselho da Comunidade e no Prosmape - por meio do Conselho da Comunidade, que se dispôs a executá-los.

Para a implementação, as profissionais realizaram mapeamento da rede de proteção dos municípios abrangidos pela Comarca, com o objetivo de planejar futuros encaminhamentos e fortalecer a rede intersetorial de prevenção à violência contra a mulher. Também realizaram estudos acerca da temática e da experiência de iniciativas voltadas para os autores de violência contra a mulher em outros municípios.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A forma como os homens são encaminhados ao Prosmape é por meio do Poder Judiciário. Ao chegar o encaminhamento, os homens autores de violência contra a mulher passam por atendimento individual com a assistente social com o objetivo de conhecê-los, traçar o perfil de cada um, saber quais são as demandas e permitir um espaço para que eles falem, conforme expõe a E1: “(...) *Muitas vezes é exatamente isso: ele só quer ser ouvido, ele só quer falar o lado dele, a versão dele, o que ele acha de tudo o que aconteceu*”. Depois desse atendimento, são inseridos nos grupos reflexivos que são realizados em cinco encontros consecutivos, aos sábados, no período vespertino, com duração de duas horas e número máximo de participantes de 25 pessoas. Ao final, é realizada a conclusão e os encaminhamentos para outros serviços, conforme necessidade dos usuários.

O espaço físico para a realização dos grupos é uma sala de aula disponibilizada pela Unioeste. Para o atendimento individual no âmbito do Serviço Social, o Conselho da Comunidade viabilizou um local em suas dependências que garantisse a qualidade do exercício profissional, com a garantia do sigilo conforme preconiza o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), bem como, as condições éticas e técnicas dispostas na Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006 (CFESS, 2006, s.p.).

As temáticas e conteúdo de cada encontro são prefixadas e planejadas pela equipe do Prosmape. Os facilitadores dos encontros são profissionais voluntários convidados pela equipe, sendo de diferentes áreas do conhecimento, e têm liberdade de aplicar a abordagem que julgarem mais apropriada, desde que embasada num conhecimento científico e de acordo com os objetivos do Prosmape. A metodologia adotada nos encontros é dialógica e reflexiva, com todos os participantes sentados em círculo, onde a/o profissional convidado faz a exposição da temática e, ao final, há um momento para debate e reflexão coletiva, mediado pelos profissionais do programa.

No primeiro encontro são abordadas questões relacionadas ao ciclo da violência contra a mulher, histórico da conquista das leis de proteção às mulheres e

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



aspectos da Lei Maria da Penha e seus mecanismos. No segundo, há uma reflexão sobre os papéis sociais que constituem feminilidades e masculinidades. No terceiro, se discute a saúde do homem e o uso abusivo de álcool e outras drogas. No quarto sobre relações afetivas, ciúme, traição e confiança. E no último dia há o encerramento com uma fala sobre direitos humanos e coletividade. Essas temáticas condizem com as recomendadas pela Lei 20.318/2020.

Sobre a postura dos autores de violência nos encontros, as/os profissionais entrevistados relatam que, inicialmente, estão contrariados e resistentes por terem sido encaminhados ao grupo, pois se sentem injustiçados e acreditam estar ali por culpa da mulher. Com o decorrer dos encontros, com a utilização de dinâmicas para a integração dos participantes, ao final do ciclo os homens já se apresentam de forma mais colaborativa, com outra percepção sobre a violência contra a mulher e da gravidade dos atos, ação ou conduta no que diz respeito a violação dos direitos humanos.

A/o profissional entrevistado E1 enfatiza que seu trabalho é centrado em uma perspectiva de totalidade, por analisar as diversas expressões da “questão social” (IAMAMOTO, 2013) que circundam aqueles sujeitos atendidos. Isso porque esses homens, por vezes, possuem outras demandas para além da autoria de violência doméstica e intrafamiliar, tais como: baixa escolaridade; usuários de álcool e/ou outras drogas; em situação de desemprego e ou trabalho precário.

A entrevistado E3 complementa que a maioria dos homens não se reconhecem enquanto autores de violência. Para eles, a violência doméstica é naturalizada. Muitos dos homens atendidos no programa foram educados em ambientes familiares em que o pai violentava a mãe, por exemplo. De acordo com Einhardt e Sampaio (2020), é mais fácil para o autor de violência adotar uma postura de vulnerabilidade e construir uma narrativa que coloque a mulher como sendo de má índole, do que reconhecerem que praticaram a violência e refletirem sobre a gravidade, sobre a violação de direitos para modificar suas ações e percepções. O principal objetivo do Prosmape, de acordo com a/o entrevistado E1,

PROMOÇÃO



APOIO





é evitar a reincidência em práticas de violência e, principalmente, prevenir a ocorrência do feminicídio. Concomitante a isso, se busca a promoção da igualdade entre homens e mulheres e que eles, a partir da participação no grupo, se tornem replicadores daquilo que é discutido referente à igualdade de gênero.

2.1 Entre limites e dificuldades na perspectiva da equipe profissional do Prosmape

No que tange aos limites e dificuldades encontrados no programa, as/os três profissionais entrevistados relataram que a falta de profissionais permanentes e de uma equipe multiprofissional é um ponto nevrálgico. A única profissional efetiva é a assistente social, que responde tanto às necessidades do Conselho da Comunidade como do Prosmape, sentindo-se sobrecarregada por ter que atender às demandas das duas instituições. Também apontam para a necessidade de contratação de um profissional de psicologia para trabalhar em conjunto com a assistente social. Complementam, as/os entrevistados E3 e E1, que seria importante a contratação de um psicólogo homem, pois afirmam que os homens se identificam com a fala de outros homens e tendem a dar mais credibilidade a ela:

[...] porque eu não vou poder dizer para um homem como ele sente, como é que é, se eu não sei as vivências, se eu não estou nesse gênero. Então também é questão do lugar de fala, é diferente, quando é um homem que fala: nossa, eles baixam a cabeça, não só de baixar a cabeça, é questão de identificação mesmo [...]. Então, é um fato: todo o grupo precisa ter fala de homens (E1).

Isso ocorre, segundo Martins (2020), porque esses homens tendem a acreditar que as mulheres irão culpabilizá-los pela conduta violenta e que elas serão incapazes de ter a empatia que um profissional homem teria com eles. Outro ponto é que, a maioria deles, já partem da crença de que a mulher é um ser inferior que deve ser subserviente ao homem.

Quanto à falta de uma equipe multiprofissional, cabe destacar dois pontos: o primeiro é a dificuldade de contratação de profissionais efetivos, devido à falta de interesse dos órgãos gestores. Isso leva a outra problemática, que é a dependência



de profissionais voluntários: [...] *trabalhar com voluntariado é muito complicado porque a pessoa vem, de boa vontade, mas a gente não tem como contar sempre com voluntários [...]* (E1). Nesse sentido, Martins (2020) também ressalta que a dependência de profissionais voluntários enquanto facilitadores impacta na falta de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação do trabalho desenvolvido com os grupos, bem como, não há garantia de presença de profissionais voluntários, pois não há nenhum tipo de remuneração.

Também existe, como problemática identificada, de as companheiras ou esposas (que sofreram a violência) dos homens irem junto nos encontros e quererem participar. A E3 relata que algumas mulheres se sentem culpadas por terem denunciado seus companheiros e insistem em ir junto e participar, com os homens, nos grupos como forma de “aliviar” a situação, ou então, eles próprios as obrigam a ir junto. Muitas, inclusive, se arrependem da denúncia realizada e pedem aos profissionais para que os companheiros sejam liberados da participação no Prosmape. A equipe do Prosmape busca orientá-las sobre a importância de o companheiro participar do grupo sozinho e sobre a gravidade das formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos relativos à vida, à saúde e à integridade física.

Outra dificuldade relatada pela E1 foi quanto ao dia da semana em que os encontros são operacionalizados. Acredita que o sábado facilita a vinda dos homens autores de violência, porém dificulta o comparecimento dos profissionais facilitadores. Assim, ela acredita que seria mais proveitoso que o grupo fosse realizado num dia de semana, no período noturno. Nessa direção, a E3 entende que outro desafio é a melhor estruturação do Programa, que ele deve se tornar efetivo em sua constituição. Para isso é necessária uma articulação formal entre Universidade, Conselho da Comunidade e Ministério Público (MP), que atualmente não existe. Para ela, especialmente o MP deveria ser mais atuante no Prosmape, no sentido de fortalecer as atividades do programa e contratar profissionais efetivos.

PROMOÇÃO



APOIO

Os dados da pesquisa empírica evidenciaram que a relação com o Poder Judiciário se mostra ocasionalmente conturbada, a depender da postura do representante ministerial quando convidado para participar dos encontros do grupo, e adotam uma perspectiva punitivista e uma fala ameaçadora para com os participantes, o que destoava da proposta do Prosmape.

A falta de capacitação ofertada pelos órgãos públicos aos profissionais que atuam no programa também foi outra dificuldade exposta. Segundo a E2 e a E3 os próprios profissionais, bolsistas e estagiários se responsabilizaram por buscar o conhecimento necessário através de estudos teóricos sobre o tema, discussões em grupo propostas pelas professoras e, visitas às outras Comarcas que já executavam programas semelhantes. Beiras e Nothhaft (2019) apontam que, em âmbito nacional, essa é uma dificuldade evidenciada por muitas equipes de profissionais que atuam nessa área.

2.2 A efetividade e os potenciais identificados no Prosmape

Sobre os resultados positivos verificados no programa, as/os três entrevistadas apontam o baixíssimo índice de reincidência como medidor de efetividade das ações. A taxa de reincidência é medida pelas profissionais a partir da entrada do homem no grupo. Conforme ressalta a E1, dos 200 homens que já passaram pelo Prosmape, apenas dois reincidiram, o que corresponde a 1% do total. Além disso, ao final dos ciclos é aplicada uma avaliação em formato de formulário no qual os participantes respondem a mesma pergunta de quando foram inseridos no grupo: se consideram-se ou não pessoas violentas. Os homens também costumam expor como foi a experiência de participar do Prosmape. As/os profissionais entrevistados relatam que, em geral, as avaliações dos homens são muito positivas e revelam que se mostram muito agradecidos pela oportunidade de participar do grupo.

Outro destaque positivo foi a oportunidade desses homens conhecerem pessoas para além de seu círculo social e de muitos, que nunca tiveram acesso à educação superior, participarem de algo dentro do ambiente universitário:

[...] ter a possibilidade desses sujeitos irem à universidade, eu acho que o local é muito apropriado, tem sujeitos que nunca pisaram na universidade. Então entender o sentido público do que é a universidade e qual é a ação da universidade, que não é [só] sua capacidade de formar sujeitos, como graduação, mas é também estar presente na sociedade (E3).

[...] e eles se sentem importantes, sabe agora tem uma formação na universidade porque eles ganham um certificado que eles fizeram o curso. (E2).

Também é ressaltado por E2 e E3, a importância de não se trabalhar apenas com mulheres em situação de violência mas, também, com os homens: “[...] para mim, grupos que trabalham com mulheres só têm sentido se trabalham com os homens também” (E2), e a E3 ratifica esse argumento ao afirmar que “[...] não dá para você fazer um enfrentamento, um combate só em relação às mulheres, a gente precisa também atuar na questão dos autores de violência” (E3).

Além do atendimento direto aos homens, o Prosmape também realiza atividades preventivas com a comunidade. Executa ações nas escolas abordando as temáticas de relações desiguais de gênero, sobre papéis sociais femininos e masculinos, dentre outras e; executa o “Programa Justiça pela Paz em Casa”, por meio do Conselho da Comunidade previsto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Diante disso, reforçam a necessidade de realizar o trabalho preventivo também com aqueles que não foram autores de violência.

A E3 percebe a importância da oportunidade de reflexão com os homens, de ouvi-los ao invés de simplesmente culpabilizá-los e inseri-los no sistema penitenciário. Ela reforça que é importante considerar os determinantes culturais e as construções sociais de gênero que levaram aquele sujeito à prática de um ato violento e buscar desconstruí-los através do diálogo reflexivo.

A gente precisa pensar o que que está acontecendo, a ação de levar à prisão e condenação é uma coisa muito de classe, você quer tirar

PROMOÇÃO



APOIO



esses sujeitos da sociedade, independente se ele não teve direito a nada na vida dele, nem à educação, viveu em contextos de violência as tamanhas, é sujeito e objeto de violência, então culpabiliza, coloca na prisão e resolvido (E3).

O encarceramento não recupera ou socializa os sujeitos, ao contrário costuma agudizar as violências e reforçar o papel social do homem enquanto ser agressivo, necessário para sobreviver àquele cenário. Assim, não é possível que um homem que já tenha um perfil violento com as mulheres possa construir novas formas de masculinidade para edificar outras condutas de se relacionar com mulheres e outros homens (SOARES, 2004). Pode-se perceber que apesar dos inúmeros desafios postos à execução do Prosmape e de outros programas que atuam com homens autores de violência, existem resultados positivos ressaltados pelas entrevistadas e pela literatura pesquisada.

3 CONCLUSÃO

A partir da pesquisa empírica com a narrativa de profissionais entrevistadas/os foi possível apreender o processo de construção do programa, os atores sociais envolvidos, a forma como ele é operacionalizado, bem como, o que dificulta sua execução e quais são os benefícios dele. Como dificuldades foram encontradas: a falta de uma equipe de profissionais permanente; a superexploração do trabalho da assistente social; a falta de um profissional de psicologia; a necessidade da contratação profissionais homens; a falta de interesse dos órgãos gestores em investir no programa; a difícil articulação com o sistema judiciário; a insegurança em trabalhar com profissionais voluntários; o fato das mulheres quererem participar junto com os companheiros no grupo; o dia e horário dos encontros que dificulta a participação dos facilitadores; a falta de capacitação da equipe por parte do Estado; a dificuldade em trabalhar com a rede intersetorial.

Já como pontos positivos, as profissionais relataram: a possibilidade de trabalhar com os autores de violência e não somente com as mulheres; o baixo índice de reincidência; a avaliação positiva que os homens fazem ao final da

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



participação no grupo; o fato deles conhecerem outras pessoas para além de seu círculo social; a oportunidade de estarem dentro do ambiente universitário; o ensejo de poder ouvi-los e sensibilizá-los através do diálogo reflexivo.

Dessa forma, foi possível perceber que, apesar dos bons resultados do programa e de sua relevância, ainda existem pontos a serem melhorados. Esses são dificultados, principalmente, pela falta de interesse dos gestores em investirem em políticas públicas, especialmente na atual conjuntura ultraneoliberal de desinvestimento nas políticas, desmonte dos direitos sociais e incentivo à repressão em detrimento da socioeducação. Boa parte dos resultados encontrados na pesquisa com o Prosmape vai ao encontro das pesquisas em nível estadual e nacional, demonstrando a necessidade da criação de uma Política Nacional que regulamente essas iniciativas e as articule com as ações destinadas às mulheres. Afinal, para modificar as relações violentas não adianta realizar trabalhos apenas com as mulheres, os homens também devem ser inseridos nesse debate com o intuito de entrarem em contato com novas possibilidades de ser homem e construir relações não violentas.

Tendo em vista que essas iniciativas ainda são recentes, os estudos sobre a temática ainda são incipientes e carecem de maiores aprofundamentos. Em suma, as possibilidades desse estudo acerca da temática não se esgotam em um trabalho, e é importante que sejam aprofundados.

REFERÊNCIAS

BANIN, Samantha Afllen e BEIRAS, Adriano. A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n.3, p. 523-535, jul./set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/32256/pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 262-274, Mar. 2019.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000100019&lng=en&nrm=iso>.

BEIRAS, Adriano; NOTHAFT, Raissa Jeanine. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-14, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/NhwDZmdztnb8WYrFsWXFr8S/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **Diretrizes gerais dos Serviços de responsabilização e educação do agressor**. Brasília, DF, 2008.

Disponível em:

<https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/01/Diretrizes-Gerais-dos-Servicos-de-Responsabilizacao-e-Educacao-do-Agressor.pdf>.

Acesso em: 01 abr. 2021.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006. **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social**. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 273, de 13 março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências. In: BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 mar. 2021.

CONRADI, Carla Cristina Nacke; Heck, Airlon Lucas; FURUCHO, Luan Alisson Seiji. A Lei Maria da Penha e os homens autores de violência contra as mulheres. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 31 agosto 2020. Disponível em:

<https://www.opresente.com.br/artigos/a-lei-maria-da-penha-e-os-homens-autores-de-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher - com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 359-378, ago. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Snmc9w4r4xRy46FZDxVnKKR/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



GEDRAT, Dóris Cristina; SILVEIRA, Eliane Fraga da; ALMEIDA NETO, Honor de. Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 342-358, ago. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000200342&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. In: **SER Social**. Brasília, v.15, n. 33, p. 261-384, jul./dez. 2013. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/9520. Acesso em 27 mar. 2016.

MARTINS, Daniel Fauth Washington. **Desarmando masculinidades**: uma análise crítica da experiência dos grupos para autores de violência doméstica no estado do Paraná. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/69559/R%20-%20D%20-%20DANIEL%20FAUTH%20WASHINGTON%20MARTINS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 19 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PARANÁ. **Lei nº 20.318, de 10 de setembro de 2020**. Estabelece princípios e diretrizes para criação de Programas reflexivos e responsabilizantes para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Curitiba, PR: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 2021. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.doction=exibir&codAto=239012&codTipoAto=&tipoVisualizacao=alterado>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. *E-book*.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOARES, Barbara Musumeci. Apresentação os homens do século XXI. In: ACOSTA, Fernando; ANDRADE, FILHO, Antônio; BRONZ, Alan. **Conversas homem a homem**: grupo reflexivo de gênero: metodologia. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004, p. 7-11. Disponível em https://noos.org.br/wp-content/uploads/2019/03/conversas_homem_a_homem-grupo_reflexivo_de_genero.pdf. Acesso em 30 jun. 2021.

PROMOÇÃO



APOIO